

CLIPPING IMPRESSO 07/07/2016



INDICE

1.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
	1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	1
	1.2. CONVÊNIOS	2
	1.3. VARA CRIMINAL	3
2.	JORNAL CORREIO POPULAR	
	2.1. CASO DÉCIO SÁ	4
	2.2. VARA DA MULHER	5
3.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	6 - 8
	3.2. CONVÊNIOS	9
	3.3. EXECUÇÕES PENAIS	10
	3.4. PUBLICIDADE LEGAL	11
4.	JORNAL EXTRA	
	4.1. CONVÊNIOS	12
5.	JORNAL O IMPARCIAL	
	5.1. PRESIDÊNCIA	13
	5.2. VARA CRIMINAL	14
6.	JORNAL O PROGRESSO	
	6.1. CORREIÇÕES	15
	6.2. VARA CRIMINAL	16 - 1
7.	JORNAL PEQUENO	
	7.1. AÇÕES CORREGEDORIA	18
	7.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	19
	7.3. COMARCAS	20
	7 4 VADA CRIMINAL	21

CONCILIAÇÃO **E**

Balcão de Renegociação cumpri meta de R\$ 4 mi em acordos



Balcão reafirmou a importância da conciliação

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) registrou mais de R\$ 4 milhões em débitos renegociados entre clientes e empresas, durante o "II Balcão de Renegociação de Dívidas", que no período de 27 de junho a 1º de julho, no Multicenter Sebrae - contabilizou cerca de 4 mil atendimentos.

Em sua segunda edição, em São Luís, o Balcão cumpriu sua meta, reafirmando a importância da conciliação como instrumento de pacificação social. O êxito do evento deve-se à confiança depositada pelas empresas e instituições que ofereceram incondicional apoio para que a iniciativa se concretizasse", ressaltou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida.

O advogado do Uniceuma, Glaúcio Santos Costa, afirmou ter ficado satisfeito em participar do projeto e conseguir solucionar pendências de centenas de alunos da instituição de ensino. "A iniciativa é louvável e, com ela, o Judiciário cumpre sua função social de solução e prevenção de litígios. O Uniceuma encampou a filosofia do projeto e, durante o Balcão, ofereceu inúmeras facilidades aos estudantes para a regularização de débitos", salientou o advogado.

A instituição de ensino foi a segunda mais procurada no evento, renegociando o montante de R\$ 786 mil, cujo valor final após renegociação ficou em R\$ 556 mil, o que representa uma média de descontos de

ACORDOS - Os cidadãos que participaram do Balcão elogiaram a iniciativa por possibilitar o diálogo e a solução de pendências, de forma ágil e facilitada.

O engenheiro Maximino Aceituno comemorou o acordo realizado com o Banco do Brasil. Ele tinha uma dívida de R\$ 52 mil, que foi renegociada em 30 parcelas de R\$1.300, totalizando R\$ 39 mil. "O projeto realmente funciona, apresenta beneficios e resultados para a população. Precisamos de mais eventos nesse sentido", destacou.

O feirante Edivaldo Mendonca conseguiu parcelar um débito de R\$ 3 mil com a Cemar, em 48 meses. "Gostei muito do evento. Fui bem atendido e negociei minha dívida, num prazo compatível com minhas condições financeiras", informou.

VALORES - Ao divulgar os índices de renegociação de

do Judiciário em promover ainda neste semestre - mais uma edição do projeto.

De acordo com o magistrado, o valor total das dívidas levadas para o "II Balcão de Renegociação de Dívidas" foi calculado em R\$ 7.192.896,13 e, após as negociações, esse montante caiu para R\$ 4.201.814,48, o que significa uma média final de descontos de 41%.

As empresas e instituições que mais realizaram atendimentos foram a Câmara de Dirigentes Lojistas (559), Uniceuma (383), 2º Cejusc (362), Caixa Econômica (314). As foram registradas pela CB-MAE (77%), Lojas Gabryella (70%), Novo Mundo (68%), Claro/ Net/ Embratel (61%), Banco Itaú (60%). O maior valor renegociado - R\$ 200 mil - foi registrado pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CB-MAE), a partir de uma dívida originária de R\$ 982 mil, o que representou quase 80% de des-

EMPRESAS/INSTITUIdébitos alcançados, o coorde- ÇÕES - Estiveram presentes nador do Núcleo de Solução no II Balcão de Renegociação de Conflitos, juiz Alexandre de Dívidas: as secretarias Mu-Abreu, anunciou a intenção nicipal e Estadual da Fazenda, Dalcar, Banco do Brasil, Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Maranhão (Ceape), Caema, Cemar, Supermercado Mateus, Bradesco, Itaú, Claro, Net, Embratel, Caixa Econômica, Gabryella, Novo Mundo, Credishop, Alvorada Motos, Banco da Amazônia, Sinduscon (representando as empresas Niágara, Engeplan, Lua Nova, Engetech, Amorim NBR. Coutinho, Alfa, Treviso e Castro Engenharia), Procon (que viabilizará virtualmente as negociações com as empresas Oi, Tim, Vivo, BV Financeira, Sky e Losango), TVN, Centro maiores médias de descontos de Conciliação Empresarial (Fiema) e 2º Centro de Con-

APOIO - A iniciativa contou com a parceria do Sebrae; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); Câmara Brasileira de Mediação Arbitragem Empresarial (CBMAE); Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CB-MAE-MA); e Federação das Indústrias do Maranhão (Fie-

TJMA garante apoio à Campanha de Combate à Corrupção

O desembargador Ricardo Duailibe – representando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha – participou, nessa terça-feira (5), do lançamento da "Campanha de Combate ao Caixa 2", na sede da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), idealizadora da iniciativa.

No evento – que contou com a presença de representantes de instituições, órgãos de Justiça, entidades da sociedade civil organizada – o desembargador Ricardo Duailibe garantiu o apoio do TJMA à iniciativa da OAB, onde atuou como conselheiro estadual por vários anos.

"Estou feliz em representar o Tribunal nessa louvável iniciativa por eleições limpas, que oferecerá importante contribuição para que o voto seja a real expressão do desejo do cidadão nas eleições municipais", afirmou o magistrado.

CAMPANHA - A iniciatino âmbito eleitoral, com a criação e implantação de 15 comitês em todo o Estado, que irão fiscalizar e receber denúncias de irregularidades no pleito.

A medida advém de uma campanha nacional, idealizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

O presidente da OAB,

Thiago Diaz, disse que a instituição irá combater, com veemência, as doações destinadas a campanhas, assegurando a lisura das eleições. Ele agradeceu o apoio de todos os parceiros da iniciativa.

"É uma imensa alegria poder contar com a participação de tantas entidades de classe e conselhos, na implementação desse projeto, que contribuirá para garantir a lisura das eleições. Vamos lutar contra o famigerado Caixa 2 e todos os ilícitos que afligem o nosso sistema", frisou.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Cláudio Lamachia, enfatizou a relevância da união da sociedade civil organizada para o êxito da campanha. "Momentos iguais a este são fundamentais para o combate à corrupção no Brasil, que vive uma crise ética e moral sem precedentes", afirmou.

MECANISMOS - A OAB irá disponibilizar diversos mecanismos para garantir agilidade, praticidade e eficiência, no registro das denúncias, tais como: link no portal da OAB/MA, telefone 0800, whatsapp e aplicativo, nos quais os cidadãos irão relatar os acontecimentos e enviar documentos comprobatórios.

Durante a solenidade, foi assinado um termo de cooperação mútua entre o Conselho Federal da OAB e as diversas instituições presentes, que também se transformarão em unidades de denúncia

Família fica inconformada com soltura de suspeito

A família e amigos do estudante Bruno Caetano Oliveira, assassinado na última sexta-feira (2), no seu local de trabalho, uma clínica no centro da cidade, não se conformam com a decisão judicial de colocar em liberdade, após a audiência de custódia, o suspeito do crime, identificado como Gustavo Magalhães.

Vanessa Caetano, irmã da vítima conta que "nada vai trazer de volta meu irmão. Mas, nós queríamos justiça, porque se ele (o suspeito) tivesse preso, não só ele, como a família, e os amigos, estariam mais ou menos conformados, que não basta a dor da perda, mas a dor a impunidade", desabafou, ressaltando que Bruno era uma pessoa bastante conhecida,

gostava de sair para se divertir e não tinha nenhuma inimizade declarada.

Inconformados, os amigos e familiares de Bruno, criaram uma campanha nas redes sociais usando a hashtag #EuNãoAceito. A campanha é porque o suspeito foi preso e logo depois foi solto. A comunidade no Facebook posta fotos de Bruno, e, também, compartilha notícias sobre o caso.

Bruno Caetano, que no próximo dia 14, completaria 30 anos, foi assassinado com golpes de canivete na clínica em que trabalhava, no Centro de Imperatriz. O suspeito do crime é o pecuarista Gustavo Magalhães Gonsalves de 28 anos.

Gustavo ficou preso na

Unidade Prisional de Ressocialização por dois dias e foi solto depois de passar pela audiência de custódia. É que a Justiça entendeu que ele poderia responder pelo crime em liberdade, por não ter antecedentes criminais e ter morada fixa

O juiz Delvan Tavares esclarece que: "uma audiência de custódia nada mais é do que uma audiência, em que a pessoa que foi presa em flagrante, ela seja apresentada ao juiz, para ele fazer uma análise dessa prisão em flagrante. Aí ele (o juiz) tem várias possibilidades. Ele pode, se achar que a prisão é ilegal, revogar a prisão. Se ele entender que a prisão, mesmo sendo legal, não há necessidade da permanência da pessoa na prisão e conceder uma

liberdade provisória, ou ele pode converter essa prisão em flagrante, em prisão preventiva", explica o juiz.

O crime

De acordo com a polícia, Gustavo Magalhães teria assassinado Bruno Caetano por ciúmes da namorada. A motivação teria sido por causa de mensagens nas redes sociais que teriam sido feitas pela vítima, que no passado teve um relacionamento com a atual namorada de Gustavo.

O suspeito foi ao local de trabalho de Bruno, e após uma discussão, o pecuarista teria aplicado um golpe de canivete no peito da vítima, que morreu no local. Para a Polícia Militar Gustavo Magalhães disse que agiu em legitima defesa.

prisão domiciliar vai para o Complexo de Pedrinhas

Mandante da morte do jornalista Décio Sá que estava em prisão domiciliar vai para o Complexo de Pedrinhas

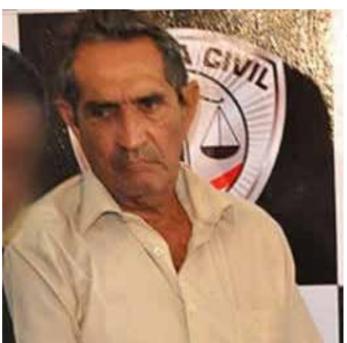
SÃO LUÍS - Considerado um dos chefes da agiotagem no Maranhão e um dos mandantes do assassinato de Décio Sá, José de Alencar Miranda de Carvalho, de 74 anos, foi preso na manhã desta segunda-feira (5). Pelo crime contra o jornalista, ocorrido em abril de 2012, ele que cumpria prisão domiciliar desde 2014 e agora volta para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas após ação da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Secoor).

De acordo com a investigação, José Alencar Miranda estaria envolvido em esquema de desvio de dinheiro público no interior do Maranhão. Ele e o filho, Gláucio Alencar, preso pelo assassinato de Décio Sá, operava empresas de fachada para fraudar licitações.

Segundo o delegado Leonardo Bastian, chefe do 1º Departamento da Secoor, José de Alencar Miranda era o responsável por entrar em contato com os prefeitos, fazer cobranças. O seu filho chegou a receber ceques no valor de mais R\$ 90 mil do prefeito de Paulo Ramos, Tancledo Lima Araújo, e do seu irmão, Joaquim Lima Araújo, que é secretário de Administração do Município. Os dois também foram presos na manhã de hoje após determinação do desembargador Raimundo Melo, da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

Doenca

José de Alencar Miranda foi preso desde junho de 2012 e em agosto de 2014 o desembargador José Luiz de Oliveira de Almeida, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, concedeu habeas



José de Alencar Miranda cumpria prisão domiciliar por apresentar problemas de saúde.

corpus, colocando- o em prisão domiciliar.

No documento judicial impetrado, a defesa de José Alencar Miranda alegou que ele é idoso e ainda apresenta problemas de saúde (cardiopatia grave). O laudo médico informou que a qualquer momento ele poderia sofrer uma parada cardíaca. Ele chegou a ser submetido a um cateterismo em uma unidade de saúde particular da capital.

A defesa ainda contestou que no local onde o acusado estava cumprindo pena não oferecia condições de socorro adequadas para o problema de saúde do seu cliente.

Em Imperatriz o CREAS atende casos de violação de direitos

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, programa vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), constitui-se numa unidade pública destinada às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. O órgão atende pessoas por meios de programas de políticas de integração ao combate à violência doméstica, psicológica, exploração sexual de crianças e adolescentes, idosos, deficientes, entre outras situações que causam danos ao bem-estar do indivíduo com vulnerabilidade especial.

Acoordenadora do CREAS, Jucilene Reis de Oliveira Gomes, explica que dependendo de cada caso a pessoa necessitada é encaminhada para um serviço de proteção e atenção integral para tratamento e cuidados por uma equipe interdisciplinar, que identificam a situação, oferece apoio e acompanhamento especializado para os usuários. "O CREAS é um instrumento usado pelo poder público que presta atendimento às vítimas de violência, sobretudo idosos, crianças e adolescentes que encontram-se em situação de risco, ou que tenha seus direitos violados", disse.

Segundo Jucilene Reis, outro fator preocupante e de grande demanda são os vários tipos de maus-tratos e violações cometidos contra o direito dos idosos. "A negligência seguido dos maus-tratos, agressões e apropriação

indébita são as principais formas de violência cometida contra os idosos. Qualquer pessoa que souber de uma situação de violência de direitos pode denunciar anonimamente, por meios dos nossos telefones ou vir pessoalmente à nossa sede relatar a situação, tendo sua identidade totalmente preservada.", explica.

O CREAS é composto por um conjunto de profissionais, entre eles assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais, que auxiliam gratuitamente as famílias e indivíduos em situação de ameaças ou violação de direitos.

As vítimas recebem acolhimento, atendimento individual ou em grupo. O Centro trabalha em parceria com o Conselho Tutelar, Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM); Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA), Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Vara Especial de Combate à Violência Domestica e Familiar Contra a Mulher, Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS), dentre outros.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social funciona na Rua Hermes da Fonseca, nº 1204, entre ruas Sergipe e Alagoas, bairro Juçara - fones (99) 3525-8617-99200-0835. O horário de funcionamento é das 8h às 12 e 14h às 18h, de segunda a sexta-feira. (Francisco Lima)

Renegociação

R\$ 4 mi em dívidas são alvo de negociação em São Luís

Acordos entre clientes e diversas empresas possibilitaram descontos médios de 41% no Balcão de Renegociação de Dívidas promovido pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão. **GERAL 5**

R\$ 4 milhões em dívidas são renegociados em São Luís

Acordos entre clientes e diversas empresas possibilitaram descontos médios de 41% em mais um Balcão de Renegociação de Dívidas promovido pelo TJ

ais de R\$ 4 milhões em débitos foram renegociados entre clientes e empresas durante o II Balcão de Renegociação de Dívidas, iniciativa do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). No período de 27 de junho a 1º de julho, no Multicenter Sebrae, foram contabilizados cerca de 4 mil atendimentos.

"Em sua segunda edição, em São Luís, o Balcão cumpriu sua meta, reafirmando a importância da conciliação como instrumento de pacificação social. O êxito do evento deve-se à confiança depositada pelas empresas e instituições que ofereceram incondicional apoio para que a iniciativa se concretizasse", ressaltou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida.

O advogado do Uniceuma, Glaúcio Santos Costa, afirmou ter



A Caema foi uma das empresas participantes do projeto do TJ, renegociando débitos com seus clientes

ficado satisfeito em participar do projeto e conseguir solucionar pendências de centenas de alunos da instituição de ensino. "A iniciativa é louvável e, com ela, o Judiciário cumpre sua função social de solução e prevenção de litígios. O Uniceuma encampou a filosofia do projeto e, durante o Balcão, ofereceu inúmeras facilidades aos estudantes para a regularização de débitos", informou.

Judiciário quer realizar mais um balcão este ano

A instituição de ensino foi a segunda mais procurada no evento, renegociando o montante de R\$ 786 mil, cujo valor final após renegociação ficou em R\$ 556 mil, o que representa uma média de descontos de 29%.

Acordos

Os cidadãos que participaram do Balcão elogiaram a iniciativa por possibilitar o diálogo e a solução de pendências, de forma ágil e facili-

MAIS

Empresas participantes

Secretarias Municipal e
Estadual da Fazenda, Dalcar,
Banco do Brasil, Ceape,
Caema, Cemar,
Supermercado Mateus,
Bradesco, Itaú, Claro, Net,
Embratel, Caixa Econômica,
Gabryella, Novo Mundo,
Credishop, Alvorada Motos,
Banco da Amazônia,
Sinduscon, Procon
(negociações com a Oi, Tim,
Vivo, BV Financeira, Sky e
Losango), TVN, Fiema e 2º
Centro de Conciliação.

tada. O engenheiro Maximino Aceituno comemorou o acordo realizado com o Banco do Brasil. Ele tinha uma dívida de R\$ 52 mil, que foi renegociada em 30 parcelas de R\$1.300, totalizando R\$ 39 mil. "O projeto realmente funciona, apresenta benefícios e resultados para a população. Precisamos de mais

NÚMEROS

R\$ 7,1

Milhõe

Foi o valor total das dívidas renegociadas

R\$ 4,2

Milhões

Foi o montante dos acordos fechados

41% Foi a média final

de descontos

eventos nesse sentido", destacou.

O feirante Edivaldo Mendonça conseguiu parcelar um débito de R\$ 3 mil com a Cemar, em 48 meses. "Gostei muito do evento. Fui bem atendido e negociei minha dívida, num prazo compatível com minhas condições financeiras", informou. Ao divulgar os índices de renegociação de débitos alcançados, o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, anunciou a intenção do Judiciário em promover – ainda neste semestre – mais uma edição do projeto.

De acordo com o magistrado, o valor total das dívidas levadas para o II Balcão de Renegociação de Dívidas foi calculado em R\$ 7.192.896,13 e, após as negociações, esse montante caiu para R\$ 4.201.814,48, o que significa uma média final de descontos de 41%.

As empresas e instituições que mais realizaram atendimentos foram a Câmara de Dirigentes Lojistas (559), Uniceuma (383), 2º Cejusc (362), Caixa Econômica (314). As maiores médias de descontos foram registradas pela CBMAE (77%), Lojas Gabryella (70%), Novo Mundo (68%), Claro/ Net/ Embratel (61%), Banco Itaú (60%). O maior valor renegociado - R\$ 200 mil - foi registrado pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), a partir de uma dívida originária de R\$ 982 mil, o que representou quase 80% de desconto. •

Tribunal de Justiça apoia campanha contra "caixa 2"

O desembargador Ricardo
Duailibe representou o
presidente do Tribunal de
Justiça do Maranhão,
desembargador Cleones
Cunha, terça-feira (5), no
lançamento da "Campanha de
Combate ao Caixa 2", na sede
da seccional maranhense
da Ordem dos Advogados
do Brasil (OAB).

Comitês farão fiscalização no âmbito eleitoral

No evento, com a presença de representantes de diversas instituições, o desembargador Ricardo Duailibe garantiu o apoio do TJMA à iniciativa da OAB, que visa combater a corrupção, no âmbito eleitoral, com a criação e implantação de 15 comitês que irão fiscalizar e receber denúncias de irregularidades.

Preso em São Paulo foragido da Justiça do Maranhão

Policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), com apoio de investigadores da Polícia Civil de São Paulo, prenderam ontem, na capital paulista, o foragido da Justiça maranhense identificado como Manoel Moura da Cunha Filho, o *Leo da Jaca*, de 22 anos, que, segundo a polícia, em companhia de um adolescente, matou a tiros o empresário Carlos Simonal Bezerra, de 42 anos, e ainda tentou roubar a caminhonete Hilux prata da vítima, no dia 25 de maio deste ano, na cidade de Timon.

O delegado Thiago Bastos, superintendente da Seic, disse que, por meio de investigação, a polícia foi informada de que o suspeito estava em São Paulo, se escondendo da Justiça. Uma equipe da Seic, de pos-

Seic contou com ajuda da polícia de São Paulo

se de um mandado de prisão pelo crime de latrocínio, foi à capital paulista e, com apoio dos investigadores do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), conseguiu localizar o foragido.

Manoel Moura ainda está semana será conduzido para Timon onde vai ficar na unidade prisional daquela cidade, à disposição da Justiça. Ainda de acordo com o delegado, o outro envolvido nesse crime foi apreendido pela polícia no dia 30 de maio deste ano. "Os dois suspeitos foram identificados pela polícia devido a ação criminosa ter sido registrada pelo sistema de câmera de vídeo de um prédio do centro de Timon. Foi aberto o inquérito policial e pedido o mandado de prisão à Justiça", declarou Thiago Bardal. •



NOTA DE APOIO AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Os Juízes de Direito, titulares e auxiliares, que atuam no Fórum Desembargador Sarney Costa, vêm a público apoiar o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e, ao mesmo tempo, repudiar as notas publicadas em blogs de São Luís, com o intuito exclusivo de macular a imagem do magistrado, denúncias estas sem qualquer amparo em fatos reais.

As informações caluniosas, convertidas em denúncia feita ao Conselho Nacional de Justiça, sob a máscara de uma personagem fictícia, além de atentarem contra a pessoa do presidente do Tribunal de Justiça, atingem toda a magistratura estadual.

São Luís (MA), 07 de julho de 2016

TJMA garante apoio à Campanha de Combate à Corrupção

O desembargador Ricardo Duailibe – representando
o presidente do Tribunal de
Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha
– participou, nessa terçafeira (5), do lançamento da
"Campanha de Combate ao
Caixa 2", na sede da seccional
maranhense da Ordem dos
Advogados do Brasil (OAB),
idealizadora da iniciativa.

No evento – que contou com a presença de representantes de instituições, órgãos de Justiça, entidades da sociedade civil organizada – o desembargador Ricardo Duailibe garantiu o apoio do TJMA à iniciativa da OAB, onde atuou como conselheiro estadual por vários anos.

"Estou feliz em representar o Tribunal nessa louvável iniciativa por eleições limpas, que oferecerá importante contribuição para que o voto seja a real expressão do desejo do cidadão nas eleições municipais", afirmou o magistrado.

CAMPANHA - A iniciativa visa combater a corrupção, no âmbito eleitoral, com a criação e implantação de 15 comitês em todo o Estado, que irão fiscalizar e receber denúncias de irregularidades no pleito. A medida advém de uma campanha nacional, idealizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

O presidente da OAB, Thiago Diaz, disse que a instituição irá combater, com veemência, as doações destinadas a campanhas, assegurando a lisura das eleições. Ele agradeceu o apoio de todos os parceiros da iniciativa.

"É uma imensa alegria poder contar com a participação de tantas entidades de classe e conselhos, na implementação desse projeto, que contribuirá para garantir a lisura das eleições. Vamos lutar contra o famigerado Caixa 2 e todos os ilícitos que afligem o nosso sistema", frisou.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Cláudio Lamachia, enfatizou a relevância da união da sociedade civil organizada para o êxito da campanha. "Momentos iguais a este são fundamentais para o combate à corrupção no Brasil, que vive uma crise ética e moral sem precedentes", afirmou.

MECANISMOS - A OAB irá disponibilizar diversos mecanismos para garantir agilidade, praticidade e eficiência, no registro das denúncias, tais como: link no portal da OAB/MA, telefone o800, whatsapp e aplicativo, nos quais os cidadãos irão relatar os acontecimentos e enviar documentos comprobatórios.

Durante a solenidade, foi assinado um termo de cooperação mútua entre o Conselho Federal da OAB e as diversas instituições presentes, que também se transformarão em unidades de denúncia.

Reclamação fraudulenta

Um processo cheio de fraudes, inclusive quanto ao nome do autor da ação contra o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, foi arquivado no CNJ pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi. A denúncia seria suposto tráfico de influência envolvendo, ainda, Flávio Dino e Humberto Coutinho.

IMPERATRIZ

Pai e filho são acusados de estupro

Policiais da Delegacia Regional prenderam, no fim da tarde da última terça-feira, o pedreiro Antonio Santana Barroso Silva, 64 anos, morador da Rua 18, casa 25, Parque do Buriti, e o ajudante de pedreiro Antonio Carlos Barroso da Silva, 37 anos, morador do mesmo endereço, acusados de estupro de vulneráveis.

Os dois, que são pai e filho, já estão condenados a 23 anos de reclusão, sendo 6 anos para Antonio Santana Barroso e 17 anos para Antonio Carlos Barroso da Silva. Segundo a justiça, eles estupraram duas meninas de 12 e 13 anos, respectivamente, fato ocorrido em 2002.

Na ocasião, as duas meninas eram enteadas de Antonio Carlos Barroso da Silva. Elas acusaram o filho e o pai no Conselho Tutelar, que, por sua vez, acionou a polícia e um inquérito foi aberto para apurar o caso, que acabou constatando a prática criminosa. O crime já foi transitado em julgado e, por isso, a condenação deferida pelo juiz Weli-

ton Carvalho em desfavor dos acusados.

Ainda na última terça-feira (5), Antonio Carlos e Antonio Santana foram levados para o Instituto Médico Legal (IML), onde foram submetidos a exame de corpo de delito.

Em seguida, foram levados para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI-I), onde inicialmente cumprirão a pena. Em função de já estarem condenados, deverão ser transferidos para o UPRI-II (novo presídio).



Antonio Santana Barroso e Antonio Carlos Barroso

Corregedoria Geral da Justiça realiza correição na Região Tocantina

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão cumpre programação de correições ordinárias nas comarcas do interior do Estado nesta semana, na Região Tocantina. Os trabalhos foram iniciados na comarca de Amarante do Maranhão, na última segundafeira, e seguiram em Imperatriz, nesta quarta-feira (6).

Durante a atividade correicional nos serviços judiciais, a juíza auxiliar da Corregedoria, Rosângela Prazeres e o juiz gestor de Metas e Planejamento Estratégico, Gladiston Cutrim, colhem informações junto aos advogados e partes sobre a atuação do juiz na unidade (Ítalo Lopes Gondim) e orientam os serviços forenses.

"Recebemos boas referências quanto ao trabalho que vem sendo desenvolvido na comarca", informou a juíza Rosângela Prazeres.

O prédio que abriga o fórum está equipado com quantidade suficiente de aparelhos de informática, de modo a atender a necessidade dos



Juíza auxiliar da Corregedoria, Rosângela Prazeres, e o juiz titular de Amarante, Ítalo Lopes Gondim, com servidores

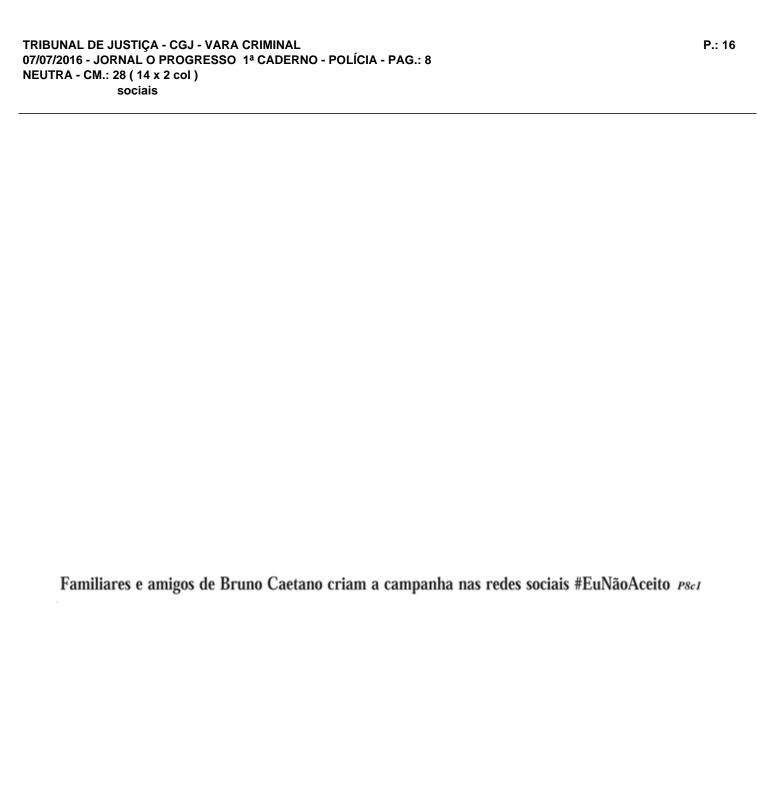
servidores e dos jurisdicionados, mas possui diversos problemas estruturais, como rachaduras e infiltrações, o que influencia na segurança de todos, inclusive da população atendida na unidade.

A equipe verificou também carência de servidores naquela vara única, que possui um déficit de três cargos vagos a serem providos por concurso público, o que dificulta a prestação jurisdicional célere.

Essas informações vão

compor um relatório circunstanciado a ser aprovado pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

IMPERATRIZ - Depois de Amarante, a equipe da Corregedoria vai inspecionar mais três unidades, na comarca de Imperatriz: 2ª Vara Cível, 3ª Vara Cível e a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. (Helena Barbosa-Asscom/CGJ)



sociais

Familiares e amigos de Bruno Caetano criam a campanha #EuNãoAceito nas redes sociais

A família e amigos do acadêmico de Ciências Contábeis Bruno Caetano de Oliveira, que foi assassinado na sexta-feira passada no seu local de trabalho, estão inconformados com a decisão da Justiça em colocar o acusado Gustavo Magalhães em liberdade depois da audiência de custódia ocorrida no domingo (3), no Fórum Henrique de La Rocque.

A irmã da vítima, Vanessa Caetano, disse que "nada vai trazer de volta o irmão dela. Mas nós queremos justiça, porque se ele (o suspeito) tivesse ficado preso, não só ele, como a família e os amigos, estariam mais ou menos conformados. Não basta a dor da perda, ainda há a dor da impunidade".

A jovem completou dizendo que Bruno era uma pessoa bastante conhecida, gostava de sair para se divertir e não tinha inimizade declarada. Inconformados, os amigos e familiares de Bruno criaram a campanha #EuNãoAceito nas redes sociais.

Gustavo ficou preso na Unidade Prisional de Ressocialização por dois dias e foi solto depois de passar pela audiência de custódia. É que a Justiça entendeu que ele poderia responder pelo crime em liberdade por não ter antecedentes criminais e ter morada fixa.

O juiz José Ribamar Serra, que determinou a soltura de Gustavo, disse em entrevista à imprensa, nessa quarta-feira (6), que agiu dentro da lei. "Um juiz tem de agir conforme determina a lei, independente do que a opinião pública ache", disse.

O magistrado afirmou ainda que "uma audiência de custódia nada mais é do que um evento em que a pessoa que foi presa em fla-



Bruno Caetano foi morto com um golpe de canivete abaixo do peito esquerdo

grante seja apresentada ao juiz para ele fazer uma análise dessa prisão em flagrante. Aí ele (o juiz) tem várias possibilidades. Ele pode, se achar que a prisão é ilegal, revogar a prisão. Se ele entender que a prisão, mesmo sendo legal, não há necessidade da permanência da pessoa na prisão e conceder uma liberdade provisória, ou ele pode converter essa prisão em flagrante em prisão preventiva".

Correição na Região Tocantina

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão cumpre programação de correições ordinárias nas comarcas do interior do Estado nesta semana, na Região Tocantina. Os trabalhos foram iniciados na comarca de Amarante do Maranhão, na última segunda-feira, e seguem em Imperatriz, nesta quarta-feira (6). Durante a atividade correicional nos serviços judiciais, a juíza auxiliar da Corregedoria, Rosângela Prazeres e o juiz gestor de Metas e Planejamento Estratégico, Gladiston Cutrim, colhem informações junto aos advogados e partes sobre a atuação do juiz na unidade (Ítalo Lopes Gondim) e orientam os serviços forenses.

II Balcão de Renegociação registra mais de R\$ 4 mi em acordos

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) registrou mais de R\$ 4 milhões em débitos renegociados entre clientes e empresas, durante "II Balcão de Renegociação de Dívidas", que – no período de 27 de junho a 1º de julho, no Multicenter Sebrae – contabilizou cerca de 4 mil atendimentos. "Em sua segunda edição, em São Luís, o Balcão cumpriu sua meta, reafirmando a importância da conciliação como instrumento de pacificação social. O êxito do evento deve-se à confiança depositada pelas empresas e instituições que ofereceram incondicional apoio para que a iniciativa se concretizasse", ressaltou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida.

ACORDOS

Os cidadãos que participaram do Balcão elogiaram a iniciativa por possibilitar o diálogo e a solução de pendências, de forma ágil e facilitada. Ao divulgar os índices de renegociação de débitos alcançados, o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, anunciou a intenção do Judiciário em promover – ainda neste semestre – mais uma edição do projeto. De acordo com o magistrado, o valor total das dívidas levadas para o "II Balcão de Renegociação de Dívidas" foi calculado em R\$ 7.192.896,13 e, após as negociações, esse montante caiu para R\$ 4.201.814,48, o que significa uma média final de descontos de 41%. As empresas e instituições que mais realizaram atendimentos foram a Câmara de Dirigentes Lojistas (559), Uniceuma (383), 2º Cejusc (362), Caixa Econômica (314). As maiores médias de descontos foram registradas pela CBMAE (77%), Lojas Gabryella (70%), Novo Mundo (68%), Claro/ Net/ Embratel (61%), Banco Itaú (60%). O maior valor renegociado – R\$ 200 mil – foi registrado pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), a partir de uma dívida originária de R\$ 982 mil, o que representou quase 80% de desconto.

Leilão em Vara de Coroatá

O juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara de Coroatá e respondendo pela 1ª Vara, lançou edital para a realização de um leilão judicial. Destaca o documento que a hasta pública ocorrerá no dia 11 de agosto, no Fórum de Coroatá, às 9h30. Caso o bem penhorado não alcance o lance igual ou superior ao valor respectivo da avaliação, um segundo leilão está marcado para o dia 13 de setembro. Será levado a leilão um lote de terreno avaliado R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

reclusão

São Raimundo

Acusado de homicídio é condenado a sete anos e dez dias de reclusão

Em júri promovido nessa terçafeira (5), pela Comarca de São Raimundo das Mangabeiras, o réu Dioclides Manoel Alves foi condenado a sete anos e dez dias de reclusão. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente semiaberto. Dioclides respondeu pela acusação de homicídio qualificado praticado por motivo fútil que teve como vítima Irismar da Silva Rodrigues. Presidiu o julgamento a titular da unidade, juíza Lyanne Pompeu de Sousa Brasil.

Segundo a sentença, não foi possível observar nenhuma circunstância agravante. Por ter mais de 70 anos na data da sentença, a pena inicial, fixada em 12 (doze) anos de reclusão, foi diminuída em 1/6, totalizando 10 anos de reclusão.

"Reputo necessário diminuir a pena do acusado no patamar de 1/4, fixando-a em sete anos e dez dias de reclusão", disse a juíza na sentença, referindo-se à causa de diminuição alegada pelo procurador do acusado e acolhida pelo Conselho de Sentença. A magistrada negou ao réu o direito de recorrer em liberdade.